

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.213 - SP (2019/0355174-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CHARLES HENRIQUE RIBEIRO
ADVOGADO : CHARLES HENRIQUE RIBEIRO - SP268716
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO GLAUCO PEREIRA RAMOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MÁRCIO GLAUCO PEREIRA RAMOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Criminal n.º 0054167-02.2011.8.26.0577.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 12 (doze) anos, 4 (quatro) meses e 12 (doze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 1.796 (um mil, setecentos e noventa e seis) dias-multa, pela prática de tráfico de drogas (por duas vezes em continuidade delitiva) e associação para o tráfico, em concurso material, **deferido o direito de recorrer em liberdade** (fl. 39).

Foi interposto recurso de apelação, ao qual o Tribunal *a quo* negou provimento e **determinou a imediata expedição de mandado de prisão**, nos seguintes termos (fl. 41):

"Com essas considerações, negaram provimento aos apelos defensivos, mantendo a r. sentença, nos termos em que proferida. Expeçam-se, imediatamente, mandados de prisão para os três réus, consoante o recente julgamento, no STF, do HC 126.292/SP, Rel. Min. Teori Zavascki. Oficie-se à Origem para as providências necessárias. V.U."

A ordem de prisão ocorreu quando ainda não havia transcorrido o prazo para manifestação da Defesa, que poderia opor embargos de declaração. Assim, nos autos do HC n.º 482.909/SP, concedi a ordem de *habeas corpus* para assegurar a liberdade do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, até o exaurimento das instâncias ordinárias.

Neste *writ*, o Impetrante sustenta, em suma, a impossibilidade da execução provisória da pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado da condenação.

Superior Tribunal de Justiça

Assevera que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 07/11/2019, julgou procedente as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n.ºs 43, 44 e 54 e assentaram a constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, que impede a execução da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Requer, em liminar e no mérito, seja afastada a execução da pena até o trânsito em julgado da condenação.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Ao rejeitar os embargos de declaração, novamente o Colegiado de origem determinou (fl. 158):

"Em razão do esgotamento da instância ordinária, determinaram a expedição imediata de mandados de prisão para os réus Márcio Glauco Pereira Ramos (cumprindo-se o entendimento firmado no HC 482.909/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, do STJ) e Clóvis Márcio Pereira Ramos, para o cumprimento da pena imposta, consoante o recente julgamento, no STF, do HC 126.292/SP (confirmado, em data mais recente, no julgamento das medidas cautelares nas ADCs n. 43 e n. 44), Rel. Min. Teori Zavaski, oficiando-se à Origem."

Ocorre que, **atualmente, em conformidade com a conclusão de mérito do Supremo Tribunal Federal nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade n.ºs 43, 44 e 54, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, não é mais possível a execução provisória da pena.** A propósito, no *site* oficial da Suprema Corte, noticiou-se o que se segue (www.stf.jus.br, publicado em 07/11/2019, acesso em 12/11/2019):

"Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Nesta quinta-feira (7), a Corte concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, que foram julgadas procedentes.

Votaram a favor desse entendimento os ministros Marco Aurélio (relator), Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Dias Toffoli, presidente do STF. Para a corrente vencedora, o artigo 283 do Código de Processo Penal (CPP), segundo o qual 'ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação

Superior Tribunal de Justiça

ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva', *está de acordo com o princípio da presunção de inocência, garantia prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. Ficaram vencidos os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia, que entendiam que a execução da pena após a condenação em segunda instância não viola o princípio da presunção de inocência.*

A decisão não veda a prisão antes do esgotamento dos recursos, mas estabelece a necessidade de que a situação do réu seja individualizada, com a demonstração da existência dos requisitos para a prisão preventiva previstos no artigo 312 do CPP – para a garantia da ordem pública e econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. (sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para suspender os efeitos do mandado de prisão cuja expedição foi determinada no acórdão dos Embargos de Declaração n.º 0054167-02.2011.8.26.0577/50000, até o julgamento do presente *writ* ou eventual trânsito em julgado da condenação, sem prejuízo de que o Tribunal de origem avalie a necessidade da decretação de prisão **processual**, em deliberação devidamente fundamentada.

Encaminhem-se, com urgência, cópias da presente decisão ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeira instância.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora